



# POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL 02/2021

TARDE

## INVESTIGADOR DE POLÍCIA – 4ª CLASSE

NÍVEL SUPERIOR TIPO 3 – AMARELA



### SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Além deste caderno contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e uma folha de textos destinada à resposta definitiva da questão discursiva.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 horas e 30 minutos** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e da folha de textos definitivos.
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de resposta e a folha de textos definitivos.
- Para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e sua folha de textos definitivos.
- O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro do candidato**.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e folha de textos definitivos.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença da sala.
- Durante a realização das provas, quando do ingresso e da saída de sanitários, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais.
- **Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

As questões desta prova se apoiam em pequenos textos e tentam avaliar a sua capacidade de interpretar e compreender, assim como a de redigir de forma correta e adequada.

1

A seguinte frase apresenta uma estrutura paralelística:

- (A) Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.
- (B) É melhor conhecer algumas das perguntas do que todas as respostas.
- (C) Sabedoria é saber o que fazer; virtude é saber fazê-lo.
- (D) Todo mundo precisa crer em algo. Creio que vou tomar outra cerveja.
- (E) Não sei mais o que aprendi. O pouco que ainda sei, adivinhei.

2

Assinale a frase em que se comete um erro gramatical.

- (A) É urgente a necessidade de a encomenda chegar.
- (B) A maioria dos estudantes viajaram.
- (C) Era meio-dia e meio quando eles chegaram.
- (D) Há tempos eu não os vejo.
- (E) Cheguei à praia antes dos demais.

3

Confúcio disse certa vez: “Palavras rebuscadas e roupas insinuantas raramente são associadas à virtude de verdade”.

Assinale a opção em que a forma de reescrever essa frase modifica o seu sentido original.

- (A) Palavras rebuscadas e roupas insinuantas são associadas raramente à virtude de verdade.
- (B) Roupas insinuantas e palavras rebuscadas raramente são associadas à virtude de verdade.
- (C) Raramente, palavras rebuscadas e roupas insinuantas são associadas à virtude de verdade.
- (D) Palavras rebuscadas e roupas insinuantas são associadas à virtude de verdade raramente.
- (E) Palavras rebuscadas e raramente roupas insinuantas são associadas à virtude de verdade.

4

Assinale a opção que apresenta frases que mostram simultaneidade de ações.

- (A) João trancou a porta e dirigiu-se ao quarto.
- (B) João entra em cena e profere a sua fala na peça.
- (C) Enquanto João velejava, tudo já ocorrera.
- (D) João olhou a paisagem e entristeceu-se.
- (E) Sorrindo, João guardou as fotos na gaveta.

5

Assinale a frase a seguir que se apoia em um raciocínio indutivo.

- (A) Os turistas amam curiosidades, daí que um bom guia tenha um bom estoque delas em seu repertório.
- (B) Um filme de terror como este pode causar impactos graves em pessoas mais sensíveis, daí ser bom evitá-los.
- (C) Os livros são ótimos companheiros, por isso acabo de comprar um para me fazer companhia no final de semana.
- (D) Os novos celulares são miniaturas de computadores; em função disso, algumas empresas investem em programas cada vez mais complicados.
- (E) As eleições são o ponto mais alto do processo democrático; as próximas vão ser ferrenhamente disputadas.

6

Uma adolescente registrou em seu diário:

“São duas e quinze.

Estou com uma violenta dor de cabeça. O corpo frio, a testa quente. Cada vez que me levanto ou me inclino, parece que há um líquido que balança em meu cérebro.”

Pode-se dizer sobre esse tipo de texto que o autor

- (A) nos relata uma história linear.
- (B) transcreve suas impressões momentâneas.
- (C) registra rigorosamente as ocorrências.
- (D) mostra reflexões sobre fatos do momento da escrita.
- (E) descreve seu estado, com causas e consequências.

7

Todas as frases abaixo se apoiam em metáforas, que é um tipo de figura de base comparativa, ou seja, que estabelece um ponto de semelhança entre duas coisas.

Assinale a opção em que a comparação ou metáfora **não** está explicada.

- (A) Sou como o dólar: mesmo se estiver em baixa, tenho valor.
- (B) Frases leves, como as plumas, que sobem para cair.
- (C) O segredo é um perigo, pode destruir vidas.
- (D) Palavras cruzadas são a linguagem em férias.
- (E) Um livro é uma janela por onde escapamos da mesmice.

8

Identifique o trecho a seguir que apresenta a estrutura de uma premissa levando a uma conclusão.

- (A) Ouvei o barulho de um gambá na cozinha; a cozinheira deve ter deixado o pote de ração dos gatos no chão.
- (B) Todos já devem ter chegado à festa, porque ninguém mais telefonou, reclamando do atraso.
- (C) Nossos amigos possivelmente vão ser aprovados no concurso, já que estudaram bastante tempo.
- (D) Talvez as encomendas cheguem a tempo, pois partiremos depois de amanhã.
- (E) O lixeiro deve estar passando em nossa porta; senti um odor de coisa podre.

9

Em todas as frases abaixo, com exceção de uma, as ações não identificam seus agentes. Assinale a frase em que o agente da ação está identificado objetivamente.

- (A) Procurou-se uma saída para o problema.
- (B) Foram identificadas várias vítimas do terremoto.
- (C) Alguém esteve presente no museu à noite.
- (D) Atacaram a delegacia durante a madrugada.
- (E) Vieram todos os funcionários na hora marcada.

**10**

Observe o seguinte texto:

“Existem hoje três teorias que tentam explicar a extinção dos dinossauros em nosso planeta. A primeira é a de uma possível catástrofe cósmica; a segunda, o choque de um meteorito gigante na superfície da Terra; a terceira é a de uma mudança climática progressiva.”

Essas três teorias foram criadas a partir de uma relação lógica entre elas e o desaparecimento dos dinossauros; tal relação lógica pode ser corretamente identificada do seguinte modo:

- (A) um raciocínio de relação causa/efeito entre acontecimentos diversos.
- (B) um raciocínio encadeado, de forma que cada uma das teorias é causa da teoria seguinte.
- (C) um raciocínio analógico, que estabelece semelhanças entre as várias teorias citadas.
- (D) um raciocínio que se apoia na autoridade de estudos realizados por centros de pesquisa importantes.
- (E) um raciocínio que mostra uma cadeia cronologicamente progressiva de fatos, representados pelas teorias expostas.

## Raciocínio Lógico-Matemático

**11**

Madalena comprou, numa certa semana, 2 kg de carne (patinho) e 1 kg de frango (coxas), e pagou R\$ 92,00. Na semana seguinte, os preços ainda eram os mesmos e ela comprou 1 kg da mesma carne e 3 kg do mesmo frango, pagando R\$ 76,00.

Se Madalena comprasse 1 kg de carne e 1 kg de frango pagaria

- (A) R\$ 48,00.
- (B) R\$ 50,00.
- (C) R\$ 52,00.
- (D) R\$ 54,00.
- (E) R\$ 56,00.

**12**

Os times X (Nacional) e Y (São Raimundo) jogaram pelo campeonato amazonense e 5 gols foram marcados. Sílvio viu o jogo e fez uma lista da ocorrência dos gols como mostra o quadro abaixo.

	Gol de
1ºtempo – 23min	X
1ºtempo – 44min	
2ºtempo – 55min	
2ºtempo – 70min	
2ºtempo – 91min	

Por algum motivo, só a primeira anotação permaneceu, mas Sílvio lembra-se que o time X ganhou a partida.

A coluna dos gols pode ter sido preenchida por Sílvio do seguinte número de maneiras:

- (A) 5.
- (B) 7.
- (C) 9.
- (D) 11.
- (E) 13.

**13**

Considere a afirmação:

“Se Jonas é um soldado então é forte”.

A negação dessa afirmação é

- (A) Jonas é um soldado e não é forte.
- (B) Se Jonas não é um soldado então é forte.
- (C) Se Jonas é um soldado então não é forte.
- (D) Se Jonas não é um soldado então não é forte.
- (E) Se Jonas não é forte então não é um soldado.

**14**

Um relógio que atrasa 2 minutos por dia, todos os dias, foi acertado à meia noite de certo dia deste ano de 2022.

Após exatamente 1 ano, à meia noite, esse relógio marcará

- (A) 11h50min.
- (B) 12h10min.
- (C) 12h20min.
- (D) 12h50min.
- (E) 13h10min.

**15**

Em certo município do sul do Estado do Amazonas o índice pluviométrico no ano 2010 foi 30% menor do que o do ano anterior e, em 2011, foi 40% maior do que o do ano anterior.

Nesse município, o índice pluviométrico de 2011 foi, em relação ao índice de 2009,

- (A) maior em 10%.
- (B) maior em 2%.
- (C) igual.
- (D) menor em 2%.
- (E) menor em 10%.

## Geografia do Amazonas e História do Amazonas

16

Em novembro de 1955, os membros do Clube da Madrugada publicaram seu Manifesto:

“O Manifesto Madrugada, partindo do status quo, mediante constatação de que as atividades culturais, no Amazonas, sofriam um atraso de meio século, radicaliza em vários pontos o comportamento intelectual de seus afoitos signatários, que o redigiram numa hora de entusiasmo (...). Urgia, pois, fazer um manifesto.”

(TUFIC, J. *Clube da Madrugada: 30 anos*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1984, pp. 27-28.)

A respeito das atividades dos “madrugadores” nos vários campos culturais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os saraus, as feiras de artes plásticas e os concertos eram realizados preferencialmente em museus, escolas e outras instituições culturais, para divulgar a arte erudita no Amazonas.
- (B) A produção cultural era politicamente engajada, e uma das pré-condições para ingressar no Clube era estar vinculado ao Partido Comunista Brasileiro.
- (C) Os clubistas se consideravam o setor educativo da Academia Amazonense de Letras, com a qual compartilhavam o projeto de modernizar a cena cultural de Manaus.
- (D) O Clube da Madrugada utilizava os mais diferentes meios fornecidos pela modernidade, a imprensa, os programas radiofônicos e até exhibições de filmes sobre suas exposições.
- (E) Os pintores do Clube da madrugada redescobriam a Amazônia através dos mitos indígenas, em oposição aos paradigmas culturais modernistas importados.

17

Leia o texto a seguir:

“O principal objetivo do movimento era o controle total da província, uma vez que seus integrantes desejavam melhorias na região e resolveram mudar a situação por conta própria, com apoio de alguns fazendeiros pertencentes à elite da época, os quais estavam descontentes com a política central imposta pelo Governo Imperial. A radicalização do movimento (luta para o fim da escravidão e a distribuição de terras aos lavradores, auxiliando na diminuição da pobreza) levou à saída da elite.”

O texto se refere a um movimento conhecido como

- (A) Rebelião de 1924.
- (B) Sublevação do Caeté (1741).
- (C) Guerra dos Cabanos (1835-40).
- (D) Levante dos soldados do Rio Negro (1755-57).
- (E) Manifestação autonomista (1821).

18

“Essa dependência do conhecimento acumulado do indígena sobre o espaço e a natureza da região tropical tornaria fecundo o processo de conquista do território amazônico para a constituição do que definimos como estrutura de produção extrativista, que levaria em conta, além da força física para o trabalho braçal, o conhecimento dos povos nativos sobre os ciclos naturais da floresta.”

(VENTURA NETO, Raul da Silva. *Notas sobre a formação socioespacial da Amazônia*. Nova Economia. 2020. Adaptado)

O texto refere-se

- (A) à autonomia da economia amazônica, no século XVI.
- (B) à extração das drogas do sertão, nos séculos XVII e XVIII.
- (C) à expansão da economia da borracha., no século XIX.
- (D) à valorização do devassamento capitalista, no século XX.
- (E) à instalação das economias de enclave, no século XXI.

19

“Em meados do Século XVIII, com a inversão de posições das principais capitanias, o Pará passou a ser a “cabeça” do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Esse processo foi acompanhado pela transferência de sede da nova unidade administrativa, dependente de Lisboa, da cidade de São Luís para a de Belém, e pela posse de Francisco Xavier de Mendonça Furtado como governador e capitão-general. Iniciava-se, assim, uma fase de retomada da colonização amazônica.”

(Adaptado de SANTOS, F. Vilaça dos, *O “paraíso na terra” ou o Estado do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII*, in *historiacolonial.arquivonacional.gov.br.*)

Entre as características dessa “retomada da colonização amazônica” consta

- (A) a afirmação da soberania portuguesa em relação aos domínios anglo-holandeses na definição dos limites com a Guiana Inglesa.
- (B) o reforço da economia mercantilista com a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável pelo abastecimento de escravos africanos.
- (C) a redefinição dos limites entre os territórios portugueses e espanhóis, com base em princípios étnicos e linguísticos adotados no Tratado de Madri.
- (D) o cancelamento das leis de liberdade dos índios defendidas pelos jesuítas em 1755, mediante as quais reivindicavam o controle exclusivo sobre os indígenas.
- (E) a determinação de que todos os índios que viviam nas vilas, cidades e aldeias coloniais deviam ser excluídos dos “Corpos de Milícias”, para evitar armar possíveis rebeldes.

20

“A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e de exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento regional, através da criação de um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento.”

Sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM), analise as afirmativas a seguir.

- I. Permitiu a constituição de um sofisticado parque industrial na região, com a instalação de grandes empresas e a adoção das melhores práticas competitivas.
- II. Promoveu o crescimento da renda per capita acima da média nacional, o que reduziu a diferença de renda per capita entre o Amazonas e os estados mais ricos do país.
- III. Afetou positivamente a força de trabalho empregada na indústria de transformação, porque, na região que ela impacta, os rendimentos do trabalho são maiores.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Noções de Informática

21

No Excel 2010, João digitou numa planilha nova:

- na célula A1, o valor 1;
- na célula B1, o valor 2;
- na célula A2, o valor 3;
- na célula B2, o valor 4;
- na célula C1 a fórmula “=A1+B1”
- na célula C2, a fórmula “=A2+B2”

Em seguida, João copiou a região C1:C2 com *Ctrl-C* e colou na região D1:F4 com *Ctrl-V*.

Os valores exibidos nas células F1, F2 e F3, respectivamente, devem ser

- (A) 11; 18; 29.
- (B) 5; 8; 13.
- (C) 8; 18; 0.
- (D) 13; 29; 0.
- (E) 5; 11; 0.

22

Considere as seguintes afirmativas sobre as peculiaridades do comando *Imprimir*, na guia *Arquivo* do MS Word.

- I. Permite imprimir duas páginas lado a lado.
- II. Não permite a impressão dos comentários presentes no documento.
- III. Quando usado o controle de alterações, imprime sempre a versão final do documento.

Está correto somente o que é afirmado em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

23

No notebook de Joana, que utiliza o Windows 10 com a configuração usual do *mouse*, o aplicativo Word 2010 está fixado na *Barra de Tarefas*. Nesse cenário, considere que tenha havido um clique com o botão direito no ícone do Word presente na referida barra, e analise as afirmativas a seguir.

- I. O aplicativo é aberto com um documento novo, em branco.
- II. Se o aplicativo estiver aberto, a janela correspondente é imediatamente minimizada.
- III. É aberto um menu no qual uma das opções é desfazer o aplicativo da Barra de Tarefas.
- IV. É aberto um menu no qual há uma lista de documentos recentemente abertos por meio do aplicativo.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.
- (E) III e IV.

24

Ao preparar uma prova de múltipla escolha, Joana percebeu que toda vez que digita “(C)” o MS Word substitui o trecho pelo símbolo “©” (*copyright*). Há muitas questões na prova, e Joana quer anular esse efeito.

Para tanto, ela deve acessar

- (A) *Adicionar Texto na guia Referências*.
- (B) *Dicionário de Sinônimos na guia Revisão*.
- (C) *Opções/Revisão de Texto no menu (guia) Arquivo*.
- (D) *Ortografia e Gramática/Adicionar ao Dicionário na guia Revisão*.
- (E) *Partes Rápidas na guia Inserir*.

25

Dado que o navegador web *Google Chrome* permite o gerenciamento de *cookies*, analise as ações de gerenciamento listadas a seguir.

1. bloquear cookies
2. excluir cookies ao fechar o Google Chrome
3. excluir cookies ao iniciar o Google Chrome
4. excluir cookies de um período
5. excluir cookies de um site

Dessa lista, as operações oferecidas pelo *Google Chrome* são

- (A) 2, 3, 4, somente.
- (B) 1, 2, 3, 5, somente.
- (C) 1, 4, 5, somente.
- (D) 1, 2, 4, 5, somente.
- (E) 1, 2, 3, 4, 5.

## Conhecimentos Específicos

### Noções de Administração

26

Um supervisor percebeu que uma pessoa de sua equipe não estava tendo suas necessidades atendidas pelo trabalho, encontrando-se frustrada. Como consequência da frustração, esse funcionário apresentou o comportamento de buscar atividade ou recompensa alternativa.

Essa consequência da frustração denomina-se

- (A) agressão.
- (B) fuga.
- (C) resignação.
- (D) retroalimentação.
- (E) sinergia.

27

O comprometimento organizacional é muitas vezes relacionado à atenção que é dada pela organização ou pelos superiores às necessidades e potencialidades dos funcionários. Esse comprometimento é alcançado, muitas vezes, pela prática de recompensas simbólicas.

Recompensas simbólicas podem ser obtidas por meio de

- (A) títulos e cargos que dão prestígio social e projeção.
- (B) reajuste da remuneração de acordo com a inflação.
- (C) melhoria nas condições de saúde do trabalhador.
- (D) gestão de riscos no ambiente de trabalho.
- (E) ajuste dos aspectos de ergonomia no escritório.

28

A comunicação nas organizações deve circular em várias direções, a depender da finalidade a que se destinam. Por exemplo, quando uma nova estratégia é criada, passa a ser comunicada formalmente pelo executivo principal a todos os funcionários e níveis por meio de em uma cadeia de comando.

O exemplo apresentado trata da comunicação

- (A) *bottom-up*.
- (B) direita-esquerda.
- (C) circular ascendente.
- (D) esquerda-direita.
- (E) *top-down*.

29

Um analista apontou, em seu relatório, que naquele trimestre a equipe não só evitou qualquer desperdício como também produziu com maior economia de recursos.

O critério de gestão que indica o alcance da equipe indicado no relatório é

- (A) eficiência.
- (B) acessibilidade.
- (C) legitimidade.
- (D) interseccionalidade.
- (E) burocratização.

30

Determinadas atividades profissionais requerem habilidade e competências gerenciais distintas. Em algumas situações, o profissional deve usar sua capacidade de pensamento abstrato, que se manifesta por meio da intuição, imaginação e criatividade, para análise e tomada de decisão.

Nesse caso, o profissional deve lançar mão de habilidades

- (A) técnicas.
- (B) negociadas.
- (C) interpessoais.
- (D) formais.
- (E) conceituais.

31

Um gerente foi contratado para modificar o processo produtivo para produção em massa, alterando os processos de fabricação, as atividades e a alocação das equipes em novos turnos.

A ação descrita envolve a atuação na função administrativa de

- (A) planejamento.
- (B) organização.
- (C) monitoramento.
- (D) direção.
- (E) controle.

32

No desenvolvimento da administração em uma organização, são fundamentais a divisão do trabalho, a designação de tarefas específicas para cada indivíduo, resultado em especialização das funções e separação dos poderes.

Esses elementos são compreendidos no rol

- (A) das capacidades de liderança.
- (B) das competências estratégicas.
- (C) da motivação dos empregados.
- (D) dos princípios para administração eficaz.
- (E) dos valores gerenciais.

33

O dono de uma lanchonete pretende expandir seus negócios e para tal contratou um gerente geral para a nova unidade a ser aberta em um bairro próximo. Na nova unidade, a esse gerente geral serão repassadas as responsabilidades por organizar e supervisionar a equipe, controlar os estoques e realizar o fechamento diário do caixa.

Ao contratar o gerente geral para a nova unidade, o dono da empresa está realizando

- (A) benchmarking.
- (B) brainstorming.
- (C) delegação.
- (D) dominação.
- (E) kaizen.

**34**

Uma organização de pequeno porte pretende desenvolver um projeto especial e para tal irá constituir uma equipe multidisciplinar temporária, cujos integrantes, originários de diferentes áreas da organização, poderão se dedicar simultaneamente a outros projetos.

Esse tipo de estrutura organizacional denomina-se

- (A) conglomerado.
- (B) funcional.
- (C) joint venture.
- (D) matricial.
- (E) multidivisional.

**35**

Uma organização decidiu monitorar seu desempenho global por meio da medição de indicadores como satisfação do acionista, clientes e imagem da organização, bem como medidas financeiras como retorno sobre o investimento e valor das ações.

Esse tipo de controle é relacionado ao nível

- (A) estratégico.
- (B) funcional.
- (C) operacional
- (D) tático.
- (E) técnico.

## Noções de Contabilidade

**36**

Uma entidade do setor de varejo recebe juros por aplicações financeiras.

De acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, na Demonstração dos Fluxos de Caixa elaborada pelo método direto, o montante recebido em dinheiro é contabilizado como fluxo de caixa gerado pela atividade

- (A) operacional, apenas.
- (B) de investimento, apenas.
- (C) de financiamento, apenas.
- (D) operacional ou de financiamento.
- (E) operacional ou de investimento.

**37**

Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em 31/12/X0:

- Caixa e equivalente de caixa: R\$ 50.000.
- Empréstimo a diretor com recebimento em 60 dias: R\$ 25.000.
- Receita de vendas recebida antecipadamente com prazo de realização de 70 dias: 55.000.
- Estoques previstos para serem vendidos em 120 dias: 40.000,00.
- Clientes, com recebimento em 180 dias: 60.000,00.
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 48.000.
- Terreno destinado à valorização: R\$ 100.000.
- Perdas estimadas com teste de recuperabilidade do terreno: R\$ 10.000.
- Perdas estimadas com desvalorização de estoques: R\$ 4.000.
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 3.000.

Com base nos saldos acima, assinale a opção que indica o ativo circulante da empresa em 31/12/X0.

- (A) R\$ 143.000.
- (B) R\$ 167.000.
- (C) R\$ 174.000.
- (D) R\$ 192.000.
- (E) R\$ 223.000.

**38**

De acordo com a NBC TSP – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, a característica qualitativa da informação segundo a qual a informação deve estar disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão é denominada

- (A) relevância.
- (B) tempestividade.
- (C) verificabilidade.
- (D) compreensibilidade.
- (E) representação fidedigna.

**39**

O objeto da Contabilidade é o patrimônio, que é formado pelos ativos e pelos passivos.

Assinale a afirmativa correta sobre os ativos e os passivos de uma entidade.

- (A) Os ativos representam os bens, e os passivos, as obrigações e os direitos.
- (B) Os ativos se referem à posição financeira, e os passivos, ao desempenho financeiro.
- (C) Os ativos são evidenciados em ordem de liquidez, e os passivos, em ordem de solvência.
- (D) Os ativos são mensurados de acordo com o valor justo, e os passivos, de acordo com o custo histórico.
- (E) Os ativos mostram como são aplicados os recursos da entidade, e os passivos, quais as origens dos recursos.

**40**

Com o objetivo de diminuir a circulação de suas ações no mercado, uma sociedade empresária adquiriu, à vista, ações de sua própria sociedade para mantê-las em tesouraria.

Assinale a opção que indica o efeito da transação na equação fundamental da contabilidade.

- (A) Diminuição do ativo e aumento do passivo.
- (B) Diminuição do ativo e aumento do ativo.
- (C) Diminuição do patrimônio líquido e aumento do patrimônio líquido.
- (D) Diminuição do ativo e diminuição do patrimônio líquido.
- (E) Aumento do passivo e diminuição do patrimônio líquido.

**41**

Uma entidade adquiriu um terreno por R\$ 200.000. A entidade ainda não determinou como irá utilizar o terreno.

Em seu balanço patrimonial, o terreno deve ser contabilizado como

- (A) ativo circulante.
- (B) ativo imobilizado.
- (C) ativo intangível.
- (D) propriedade para Investimento.
- (E) ativo realizável a longo prazo.

**42**

Em relação à conversão dos resultados e da posição financeira de entidade, cuja moeda funcional não é moeda de economia hiperinflacionária, para moeda de apresentação diferente, analise os seguintes procedimentos:

- I. Todas as variações cambiais resultantes devem ser reconhecidas em outros resultados abrangentes.
- II. Ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado devem ser convertidos, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações.
- III. As receitas e as despesas para cada demonstração do resultado apresentada, incluindo as demonstrações comparativas, devem ser convertidas pela taxa de câmbio de fechamento na data da respectiva demonstração do resultado.

Com base no CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

**43**

Em 01/01/X0, uma sociedade empresária adquiriu dez computadores por R\$ 4.000 cada, para serem utilizados por seus funcionários em suas atividades. Na data, foram adquiridas licenças antivírus no valor total de R\$ 3.000.

A sociedade empresária esperava usar os computadores durante cinco anos e em seguida doa-los. A sociedade ainda deprecia seus ativos imobilizados de acordo com o método da linha reta.

Em 31/03/X1, os funcionários começaram a trabalhar de modo remoto. Em decorrência, a sociedade empresária estimou utilizar os computadores até 31/12/X2 e vender cada computador por R\$ 900.

Assinale a opção que indica a depreciação acumulada do computador em 31/12/X1.

- (A) R\$ 19.000.
- (B) R\$ 20.000.
- (C) R\$ 20.286.
- (D) R\$ 20.667.
- (E) R\$ 22.667.

**44**

Em 31/12/X0, uma sociedade empresária adquiriu uma máquina para usar em seus negócios por R\$ 50.000. Além disso, a sociedade empresária pagou, em relação à máquina, R\$ 1.000 pelo frete, R\$ 2.000 pelo seguro de transporte e R\$ 3.000 pela instalação. A sociedade empresária deprecia as suas máquinas de acordo com as horas trabalhadas.

Na compra, foi estimado que a máquina poderia ser utilizada durante 80.000 horas, do seguinte modo:

Ano	Horas
X1	30.000
X2	25.000
X3	15.000
X4	10.000

Em 31/12/X2, a máquina foi vendida por R\$ 30.000.

Assinale a opção que indica o resultado apurado com a venda da máquina, sem considerar a incidência de impostos.

- (A) Prejuízo de R\$ 8.500.
- (B) Prejuízo de R\$ 4.375.
- (C) Lucro de R\$ 12.500.
- (D) Lucro de R\$ 13.438.
- (E) Lucro de R\$ 14.375.

**45**

Uma entidade que presta serviços de consultoria incorreu em R\$ 20.000 referentes a despesa de juros sobre empréstimos bancários.

Assinale a opção que indica o reconhecimento contábil dessa despesa na Demonstração do Resultado do Exercício.

- (A) Despesas Operacionais.
- (B) Outras Despesas Operacionais.
- (C) Despesas Financeiras.
- (D) Distribuição do lucro.
- (E) Dedução da receita.

## Noções de Direito Constitucional

46

Joaquim, policial civil, pretende concorrer ao cargo eletivo de Prefeito nas próximas eleições municipais, mas tem dúvidas a respeito das consequências de sua eleição em relação ao cargo de provimento efetivo que já ocupava.

Após consultar um profissional da área, foi-lhe informado corretamente que, caso eleito, Joaquim

- (A) será demitido.
- (B) será aposentado.
- (C) passará para a reserva remunerada.
- (D) ficará afastado do seu cargo durante o mandato eletivo.
- (E) continuará no cargo caso haja compatibilidade de horários.

47

O Governador do Estado Alfa solicitou que sua assessoria elaborasse um estudo, à luz da sistemática constitucional, a respeito dos agentes responsáveis pela atividade de segurança a ser desenvolvida com o objetivo de preservar a incolumidade das pessoas e do respectivo patrimônio nas vias públicas.

A assessoria informou corretamente que essa atividade

- (A) deve ser desenvolvida conforme convênio entre Estado e Municípios, por policiais militares e guardas municipais.
- (B) deve ser desenvolvida, no âmbito do Estado, por agentes de trânsito estruturados em carreira, na forma da lei.
- (C) é privativa dos Municípios, que a desenvolverão por meio de guardas municipais.
- (D) deve ser desenvolvida, no âmbito do Estado, exclusivamente por policiais militares.
- (E) deve ser desenvolvida, no âmbito do Estado, pela polícia penal.

48

A Lei federal XX dispôs que os benefícios pagos no âmbito da assistência social poderiam ter seus valores alterados, de modo a ampliá-los ou a reduzi-los.

Considerando os objetivos constitucionais da seguridade social, é correto afirmar que a Lei federal XX é

- (A) inconstitucional, pois a irredutibilidade dos valores desses benefícios é um objetivo constitucional.
- (B) constitucional, pois o valor dos benefícios deve ser fixado conforme o juízo de valor das maiorias ocasionais.
- (C) constitucional, desde que observada a proporcionalidade entre as possibilidades do Estado e as necessidades individuais.
- (D) inconstitucional, pois o valor dos benefícios está fixado na ordem constitucional, não podendo ser alterado pela legislação infraconstitucional.
- (E) constitucional, desde que a Lei federal tenha surgido a partir de projeto de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e tenha sido aprovada por maioria absoluta.

49

Em razão da crise financeira que assolava sua região, João estava muito preocupado pelo fato de não estar conseguindo pagar uma série de dívidas, o que, a seu ver, poderia acarretar a sua prisão.

Por tal razão, consultou um advogado, que o informou corretamente que a decretação da prisão civil por dívida

- (A) não é admitida, em nenhuma hipótese, pela ordem constitucional brasileira.
- (B) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- (C) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e na do depositário infiel.
- (D) só é admitida nas hipóteses em que haja ordem judicial específica para o pagamento da dívida, qualquer que seja sua origem.
- (E) só é admitida na hipótese de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, na do depositário infiel e na hipótese de abandono material de idosos.

50

Maria e Joana, estudiosas do direito constitucional, travaram intenso debate a respeito do direito à igualdade. Maria defendia que, no Estado de Direito, a igualdade formal se identifica com a igualdade material, não sendo possível que a lei trate as pessoas de modo diferenciado, independente das razões que possam embasar essa medida. Joana, por sua vez, defendia que as ações afirmativas rompem com a igualdade formal com o objetivo de construir a igualdade material.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- (A) Maria está totalmente certa, pois o Estado de Direito não se compatibiliza com a aceção de pessoas, de modo que todos devem ser alcançados por bônus e ônus idênticos, enquanto Joana está totalmente errada por adotar premissa distinta.
- (B) Maria e Joana estão totalmente erradas, pois a ordem jurídica não reconhece a dicotomia entre igualdade formal e igualdade material, bem como porque as ações afirmativas buscam declarar a juridicidade de situações já existentes.
- (C) Maria e Joana estarão certas ou erradas conforme o referencial de proporcionalidade, de modo que restrições e concessões à esfera jurídica individual não podem ultrapassar o estritamente necessário.
- (D) Maria e Joana estão totalmente certas, pois a igualdade formal e a igualdade material caminham juntas, enquanto as ações afirmativas aperfeiçoam a primeira para a construção da segunda.
- (E) Joana está totalmente certa, pois a construção da igualdade material, por meio de ações afirmativas, passa por uma desigualdade formal, indicativo de que Maria está totalmente errada.

**51**

João, cidadão com grande engajamento político, procurou orientação jurídica a respeito da forma de implementação dos direitos sociais previstos na Constituição, ocasião em que lhe foi informado, corretamente, que

- (A) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia plena, indicativo de que podem ser imediatamente exigidos, mesmo sem integração pela legislação infraconstitucional.
- (B) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia limitada, exigindo a integração pela legislação infraconstitucional para que sejam exigidos.
- (C) carecem apenas da prática de atos regulamentares, a cargo do Poder Executivo, definindo a forma como serão oferecidos à coletividade.
- (D) não se distinguem, quanto à exigibilidade, dos denominados direitos de defesa.
- (E) a sua exigibilidade não sofre a influência de condicionantes orçamentárias.

**52**

Maria almejava exercer determinada prerrogativa inerente à nacionalidade brasileira, a qual deveria ser detalhada em lei editada pelo Congresso Nacional. Não obstante o passar dos anos, persistia a omissão do Poder Legislativo, o que impedia a fruição dessa prerrogativa. Por tal razão, Maria procurou um advogado e disse que queria ajuizar a ação constitucional cabível para essa espécie de situação.

O advogado respondeu corretamente que essa ação é

- (A) a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- (B) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (C) a reclamação constitucional.
- (D) o mandado de segurança.
- (E) o mandado de injunção.

**53**

José foi condenado a pena privativa de liberdade em um processo penal pela prática de crime contra o patrimônio. Enquanto cumpria a pena, mas já tendo recebido livramento condicional, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de concorrer a um cargo eletivo nesse período, sendo respondido corretamente que

- (A) embora estivesse no gozo dos direitos políticos, José está inelegível.
- (B) José está no pleno gozo dos direitos políticos, podendo votar e ser votado.
- (C) José está com os direitos políticos suspensos, não podendo votar ou ser votado.
- (D) José está com os direitos políticos suspensos, o que significa dizer que pode votar, mas não ser votado.
- (E) falta a José uma condição de elegibilidade, mas não há óbice a que exerça os seus direitos cívicos como eleitor.

**54**

O Prefeito do Município Beta, com o objetivo de assegurar à população local o direito ao lazer, editou decreto dispondo que, nos finais de semana, os locais de diversão do Município, incluindo restaurantes, cinemas e teatros, somente poderiam ser frequentados pelos moradores de Beta. A justificativa apresentada foi a de que os moradores dos Municípios vizinhos se deslocavam para o Município Beta nos finais de semana e geravam uma grande lotação no local.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o decreto do Prefeito do Município Beta é

- (A) inconstitucional, pois restrição dessa natureza somente poderia ser criada por lei.
- (B) inconstitucional, pois o Prefeito do Município Beta não pode instituir esse tratamento diferenciado.
- (C) constitucional, desde que os motivos invocados sejam verdadeiros, não meramente idealizados.
- (D) constitucional, pois as autoridades públicas têm a prerrogativa de disciplinar o exercício de direitos.
- (E) inconstitucional, pois a ordem constitucional somente permite a previsão de restrição dessa natureza nos dias úteis.

**55**

A Constituição do Estado Alfa foi recentemente alterada pela Emenda Constitucional nº XX, sendo estabelecida uma ordem de prioridade das políticas públicas de interesse local a serem implementadas pelos Municípios situados em seu território.

Como um dos Municípios alcançados por essa medida era dominado por forças políticas de oposição àquelas que capitanearam a reforma da Constituição Estadual, um advogado foi consultado a respeito da correção desse proceder, tendo respondido corretamente que o estabelecimento da referida ordem de prioridades é

- (A) inconstitucional, pois a Constituição Estadual não projeta a sua força normativa sobre os Municípios, apenas sobre o Estado.
- (B) constitucional, pois a Constituição Estadual deve dispor sobre todas as matérias afetas aos Municípios situados em seu território.
- (C) constitucional, pois a Constituição Estadual, enquanto cópia exata da Constituição da República, é vinculante para os Municípios.
- (D) constitucional, pois a Constituição Estadual deve disciplinar a promoção das políticas públicas municipais, de modo a assegurar maiores níveis de eficiência.
- (E) inconstitucional, pois a Constituição Estadual não pode reduzir a autonomia política dos Municípios para além dos balizamentos estabelecidos pela Constituição da República.

## Noções de Direito Penal, Processual Penal e Legislação Extravagante

56

Kelly ajuizou queixa-crime em face de seu ex-namorado Daniel em razão de declarações atentatórias à sua honra, com caráter misógino, nas redes sociais, imputando-lhes os crimes de injúria e difamação. Após ser citado por oficial de justiça, Daniel manifestou-se publicamente nas mesmas redes sociais em pedido de desculpas a Kelly.

Diante do cenário exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Poderá ser caracterizada a extinção da punibilidade pela retratação apenas quanto ao crime de difamação.
- (B) A retratação não é cabível, pois Daniel manifestou-se somente após a citação.
- (C) Tendo em vista a retratação realizada por Daniel, poderá ser decretar a extinção da punibilidade dos crimes de injúria e difamação.
- (D) Quanto ao crime de injúria, Kelly poderá conceder o perdão do ofendido independentemente da vontade de Daniel, por se tratar de ato unilateral.
- (E) Kelly poderá conceder perdão do ofendido quanto aos crimes de injúria e difamação.

57

O direito penal brasileiro adota o sistema trifásico quanto à dosimetria da pena, conforme disposto no art. 68 do Código Penal.

Acerca da matéria, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A reincidência deve ser valorada na segunda fase da dosimetria penal.
- (B) Na terceira fase da dosimetria penal, as causas de aumento podem majorar a pena além do máximo legal e as causas de diminuição podem resultar em *quantum* inferior ao mínimo legal.
- (C) Na segunda fase da dosimetria, as agravantes não podem aumentar a pena além do máximo legal.
- (D) No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua.
- (E) No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, entendendo-se como tais as que resultam dos motivos do crime, da personalidade do agente e das consequências do crime.

58

Leonardo, médico lotado em grande hospital particular, passou a ser responsável pela ala de pacientes infectados com Covid-19. Todavia, em que pese a determinação das autoridades sanitárias, Leonardo não submetia às instâncias competentes qualquer informação quanto ao número de infectados, bem como do quadro de tais pacientes, a despeito do número elevado de portadores da doença que foram por ele atendidos.

Um familiar de um dos pacientes apresentou notícia-crime em sede policial narrando tais fatos. Diante disso, o delegado determinou a instauração de inquérito policial.

A imputação que melhor se amolda à conduta de Leonardo seria

- (A) Epidemia (art. 267 do CP).
- (B) Perigo de contágio de moléstia grave (art. 131 do CP).
- (C) Prevaricação (art. 319 do CP).
- (D) Omissão de notificação de doença (art. 269 do CP).
- (E) Desobediência (art. 330 do CP).

59

A autoridade policial determinou a instauração de inquérito, após receber a notícia da suposta prática do crime de furto mediante fraude eletrônica, definido no Art. 155, § 4º-B, do Código Penal, com a redação dada pela Lei 14.155 de 2021. O delito em questão é de ação penal pública incondicionada.

Apesar da realização de diversas diligências, não foi possível apurar a autoria delitiva, o que constou no relatório elaborado pelo delegado de polícia.

A partir dos dados apresentados, é correto afirmar que, no caso,

- (A) o delegado deve arquivar diretamente o inquérito policial, não sendo possível, a partir do arquivamento, em nenhuma hipótese, a reabertura das investigações.
- (B) o delegado pode promover o arquivamento do inquérito, devendo o membro do Ministério Público acompanhar a manifestação ou recorrer ao chefe de polícia.
- (C) embora não possa arquivar diretamente o inquérito, as conclusões do delegado de polícia vinculam o órgão do ministério Público responsável promoção de arquivamento ou oferecimento da denúncia.
- (D) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; entretanto, ocorrendo o arquivamento por determinação da autoridade competente, pode haver o desarquivamento e continuidade das investigações, desde que surja notícia de novas provas.
- (E) o delegado de polícia não pode arquivar diretamente o inquérito; caso haja o arquivamento por determinação da autoridade competente, não pode haver o desarquivamento e a continuidade das investigações, ainda que surjam notícias de novas provas.

**60**

Michael responde, preso preventivamente, a inquérito policial conduzido pela Polícia Civil, que investiga a prática do crime de extorsão simples, previsto no Art. 158 do Código Penal.

Quanto ao prazo de duração, é correto dizer que o inquérito em questão deve ser concluído no prazo de

- (A) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- (B) 30 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.
- (C) 90 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- (D) 10 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão.
- (E) 15 dias, contados do dia em que foi executada a ordem de prisão, podendo ser prorrogado uma vez por igual período.

**61**

No curso de inquérito que investigava uma organização criminosa especializada na prática do crime de contrabando, policiais federais obtiveram informações sobre a importação clandestina de mercadoria por membros da organização em data futura. Antes de se dirigir ao local de recebimento do material contrabandeado, a autoridade comunicou ao juízo competente o retardamento da intervenção policial, com a finalidade de acompanhar toda a ação e obter maiores informações sobre a organização, inclusive com a identificação de outros membros.

Assim, os policiais observaram a prática delitiva, deixando de prender os agentes imediatamente, para efetuar a prisão dos envolvidos apenas em momento posterior, quando obtiveram informações mais relevantes.

Assim sendo, houve, no caso, flagrante

- (A) provocado.
- (B) presumido.
- (C) forjado.
- (D) preparado.
- (E) diferido.

**62**

No dia 9 de novembro de 2021, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Leandro, imputando-lhe a prática do crime de roubo com emprego de arma branca, descrito no Art. 157, § 2º, VII do Código Penal. O referido delito, punido com pena de reclusão de 4 a 10 anos e multa, é aumentado de um terço à metade em razão do uso da arma imprópria. Leandro, que passou o inquérito em liberdade, teve sua prisão preventiva decretada de ofício pelo magistrado que recebeu a denúncia, pois inexistia pedido do Parquet.

De acordo com os dados fornecidos pelo enunciado, aponte a afirmativa correta.

- (A) O juiz não poderia decretar a prisão preventiva de ofício.
- (B) Não era cabível a decretação da prisão preventiva, pois a pena mínima cominada ao crime de roubo é igual a quatro anos.
- (C) A prisão preventiva só poderia ter sido decretada na fase de investigação preliminar.
- (D) A prisão foi correta pois, em razão da gravidade do crime, o juiz tinha o dever de suprir a inércia do Ministério Público e decretar a prisão preventiva de ofício.
- (E) O juiz não poderia decretar a prisão preventiva de ofício apenas durante o inquérito policial, não havendo óbice à sua imposição após o recebimento da denúncia.

**63**

No curso de inquérito que apurava a prática do crime de corrupção passiva, previsto no Art. 317 do Código Penal, a autoridade policial representou pela interceptação das comunicações telefônicas do ramal de um indiciado. Demonstrada a imprescindibilidade da medida e indícios de autoria, houve autorização do juiz competente para a interceptação pelo prazo de 15 dias. Após a implementação, não houve pedido ou decisão sobre a renovação da escuta. Ocorre que a interceptação não foi interrompida no prazo e, no 16º dia, um diálogo revelou uma informação até então desconhecida da autoridade.

Munido dessa informação, o delegado de polícia representou pela realização de buscas em um endereço onde, em cumprimento a mandado judicial, foram apreendidos documentos importantes à apuração do fato. Posteriormente, tais documentos instruíram denúncia ofertada pelo Ministério Público.

Considerando os dados fornecidos pelo enunciado, indique a afirmativa correta.

- (A) Os documentos devem ser admitidos no processo pois obtidos por fonte absolutamente independente.
- (B) Os documentos devem ser admitidos no processo, pois derivaram de escuta lícita, decretada por juiz competente.
- (C) Os documentos não podem ser admitidos no processo, pois, de acordo com a teoria dos frutos da árvore envenenada, derivam de prova obtida por meios ilícitos.
- (D) Os documentos não podem ser admitidos no processo, pois sua apreensão se deu de forma ilícita, já que apenas o Ministério Público poderia pleitear a busca.
- (E) Os documentos podem ser admitidos no processo, pois sua obtenção decorreu de descoberta inevitável.

**64**

Sandro, ao sair de um bar onde confraternizara com amigos, assume o volante de seu veículo para voltar para casa e é surpreendido com uma Blitz da Operação Lei Seca na avenida por onde passava. Os policiais determinam que Sandro pare seu carro e indagam se ele poderia realizar o teste do etilômetro. Apesar de ter ingerido bebida alcoólica, Sandro acredita que a quantidade será inferior à configuração de crime pelo aparelho.

Ao constatar a quantidade de álcool expelida por Sandro ao soprar o aparelho, o policial Robson informa a Sandro que ele estaria preso em flagrante pela prática do crime do artigo 306 da Lei nº 9.503/97. Muito assustado, Sandro pergunta a Robson se não poderiam resolver aquele problema de uma outra forma e oferece a Robson R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para que fosse liberado. O policial recusa o pagamento e leva Sandro preso para a Delegacia da área, onde narra os dois fatos.

Com base nas informações apresentadas, em relação à oferta de vantagem formulada por Sandro é correto afirmar que

- (A) deverá ser acusado pela prática do crime de corrupção passiva consumada, por ser crime formal.
- (B) deverá responder pela prática do crime de corrupção passiva tentada, por ser crime formal.
- (C) deverá responder pela prática do crime de corrupção ativa tentada, por ser crime material.
- (D) deverá responder pela prática do crime de corrupção passiva consumada por ser crime material.
- (E) deverá ser acusado pela prática do crime de corrupção ativa consumada, por ser crime formal.

65

O crime de Estelionato, após recente alteração legislativa empreendida pela Lei nº 13.964/19, sofreu mudança no que diz respeito ao tipo de ação penal, que anteriormente era pública incondicionada em todos os casos. Com a mudança, o crime de estelionato passou a ser de ação penal pública condicionada à representação do ofendido, preservando, no entanto, algumas hipóteses de ação penal pública incondicionada, todas previstas no §5º do Art. 171.

Dentre tais hipóteses **não** encontramos estelionato cometido contra

- (A) a Administração Pública indireta.
- (B) adolescente.
- (C) pessoa com deficiência mental.
- (D) pessoa maior de 60 anos.
- (E) pessoa incapaz.

66

O conceito analítico de crime o divide em Fato Típico; Ilícito ou Antijurídico e Culpável. A culpabilidade, por sua vez, é composta pela imputabilidade, pela potencial consciência da ilicitude e pela inexigibilidade de conduta diversa.

Dentre as causas que excluem a imputabilidade penal encontram-se

- (A) coação física irresistível, menoridade e embriaguez acidental completa.
- (B) embriaguez acidental incompleta, menoridade e obediência hierárquica.
- (C) embriaguez acidental completa, menoridade e doença mental.
- (D) embriaguez preordenada, coação moral irresistível e erro de proibição.
- (E) coação moral irresistível, exercício regular de direito e menoridade.

67

A Lei nº 7.210/84, Lei de Execução Penal, passou por significativas alterações em decorrência do advento da Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime). Um dos temas alterados foi a progressão de regimes, prevista no Art. 112 da Lei.

Em relação à nova sistemática da progressão de regimes, especificamente quanto à quantidade de pena a cumprir, é **incorreto** afirmar que

- (A) o réu primário autor de crime não hediondo e cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, poderá progredir de regime após o cumprimento de 16% da pena no regime anterior.
- (B) o réu reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça e não hediondo, poderá progredir de regime após o cumprimento de 20% da pena no regime anterior.
- (C) o réu condenado por exercer o comando, individual ou coletivo, de organização criminosa estruturada para a prática de crime hediondo ou equiparado poderá progredir de regime após o cumprimento de 60% da pena no regime anterior.
- (D) o réu reincidente em crime hediondo com resultado morte poderá progredir de regime após o cumprimento de 70% da pena no regime anterior.
- (E) o réu primário, condenado por crime hediondo sem resultado morte, poderá progredir de regime após o cumprimento de 40% da pena no regime anterior.

68

Igor, inconformado por saber que seu amigo Silvio teria trocado mensagens de cunho sexual com sua esposa, decide matá-lo. Para tanto, espera Silvio na saída do trabalho e, da calçada, efetua um único disparo com sua pistola na direção de Silvio. Após atingir Silvio e causar a sua morte, o projétil também atinge Roberto, que passava pelo local e não tinha nenhuma relação com o autor ou a vítima.

Roberto sofre apenas lesão corporal, visto que foi atingido de raspão. Igor é preso em flagrante e indiciado pela prática dos crimes de Homicídio qualificado (Art. 121 §2º do Código Penal - pena 12 a 30 anos de reclusão) e lesão corporal culposa (Art. 129 §6º do Código Penal – pena de 2 meses a 1 ano de detenção).

Com relação à modalidade de concurso de crime presente na hipótese e o método a ser empregado é correto afirmar que

- (A) Igor responderá pelos dois crimes na modalidade do crime continuado, previsto no Art. 71 do Código Penal.
- (B) Igor responderá pelos dois crimes em concurso formal perfeito, previsto na primeira parte do Art. 70 do Código Penal, aplicando-se a pena do crime mais grave (homicídio qualificado) com o aumento de pena em 1/6.
- (C) Igor responderá pelos dois crimes em concurso formal imperfeito, em razão da presença dos desígnios autônomos, previsto na parte final do Art. 70 do Código Penal, somando-se as penas dos dois crimes.
- (D) Igor responderá pelos dois crimes na modalidade do concurso material, previsto no artigo 69 do Código Penal.
- (E) Igor responderá pelos dois crimes na forma do concurso material benéfico, previsto no parágrafo único do Art. 70 do Código Penal, uma vez que o emprego da exasperação acarretará pena maior do que o somatório das penas.

69

Na madrugada de 01/01/2022, José estava dirigindo seu veículo regularmente, dentro do limite de velocidade da via, portando sua carteira nacional de habilitação, quando foi surpreendido por Manoel, 71 anos, que conduzia sua bicicleta e atravessava a estrada. José não conseguiu frear para evitar a colisão,; tomado de violenta emoção, José fugiu do local. Ao prosseguir pela estrada, José avistou um posto da Polícia Rodoviária a 20 minutos do local, porém prosseguiu a viagem. Manoel morreu de hemorragia ao chegar no hospital. Posteriormente, exame constatou a presença de 8 dg/L de álcool no sangue de Manoel.

Em relação ao caso, é correto afirmar que

- (A) José praticou o crime de omissão de socorro, previsto no Art. 135 do CP.
- (B) José praticou o crime de omissão de socorro, previsto no Art. 304 do CTB.
- (C) José praticou o crime de homicídio culposo na condução de veículo, previsto no Art. 302 do CTB, com a incidência da causa de aumento pela omissão de socorro.
- (D) José praticou os crimes de homicídio culposo na condução de veículo (Art. 302 do CTB) e omissão de socorro (Art. 304 do CTB).
- (E) José não praticou crime algum.

70

João e Maria namoravam há 3 meses. Maria afirmava que pretendia casar-se virgem. Todavia, João insistia de forma recorrente para que Maria tivesse com ele conjunção carnal. Obcecado pela ideia, no dia 30/06/2019, João forçou Maria a entrar em seu carro e dirigiu-se com ela a um sítio de sua propriedade, em lugar ermo na zona rural do município. Chegando ao local, João disse que Maria só iria embora se aceitasse ter relação sexual. Três dias depois, a polícia militar chegou ao local, a partir do rastreamento do aparelho telefônico de Maria, e prendeu João em flagrante.

Diante do exposto, assinale a opção correta.

- (A) João não praticou crime algum, visto que sua conduta foi interrompida nos atos preparatórios.
- (B) João praticou o crime de estupro na modalidade tentada, pois o *iter criminis* foi interrompido por razão estranha à sua vontade.
- (C) Tendo em vista que a conduta de João não compreende atos executórios do crime de estupro, deve responder apenas pelo crime de sequestro e cárcere privado.
- (D) João praticou o crime de importunação sexual na modalidade tentada, pois o *iter criminis* foi interrompido por razão estranha à sua vontade.
- (E) José praticou o crime de importunação sexual, na modalidade consumada.

## Noções de Direito Administrativo

71

João cumpria pena privativa de liberdade em regime fechado em estabelecimento prisional do Estado Alfa. Um dia, João foi encontrado morto, sendo certo que a investigação realizada e a prova técnica produzida comprovaram, de forma inequívoca, que se tratou de suicídio e que não houve inobservância pelo Estado do dever específico de proteção previsto no Art. 5º, inciso XLIX, da Constituição da República.

Mesmo sendo incontroverso o fato de que, no caso em tela, houve causa impeditiva da atuação estatal protetiva do detento, os filhos de João ajuizaram ação indenizatória em face do Estado Alfa. Levando em consideração a jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema, a pretensão reparatória dos filhos de João

- (A) merece prosperar, com base da responsabilidade civil objetiva do Estado Alfa, sem necessidade de comprovação de dolo ou culpa de agentes públicos.
- (B) merece prosperar, com base da responsabilidade civil subjetiva por omissão do Estado Alfa, sem necessidade de comprovação de dolo ou culpa de agentes públicos.
- (C) merece prosperar, com base da responsabilidade civil objetiva por omissão do Estado Alfa, com necessidade de comprovação de dolo ou culpa de agentes públicos.
- (D) não merece prosperar, pois rompeu-se o nexo de causalidade entre a suposta omissão do Estado Alfa e o resultado danoso consistente na morte de João.
- (E) não merece prosperar, pois o Estado Alfa, em qualquer hipótese, não pode ser responsabilizado por morte decorrente de suicídio.

72

Médicos do hospital particular Alfa atenderam, na emergência, João, pessoa com deficiência, e constataram que o paciente foi vítima de violência praticada em razão de sua deficiência mental. A violência consistiu em ação praticada em local privado, que causou danos, bem como sofrimento físico e psicológico em João. Consoante dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), o caso em tela

- (A) não será objeto de notificação compulsória pelo hospital, porque se trata de unidade de saúde privada.
- (B) não será objeto de notificação compulsória pelo hospital, porque a violência aconteceu em local privado.
- (C) será objeto de notificação compulsória pelo hospital apenas à autoridade policial, desde que o paciente manifeste seu direito de representação.
- (D) será objeto de notificação compulsória pelo hospital à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- (E) será objeto de notificação compulsória pelo hospital apenas à unidade de saúde mental mais próxima, independentemente de o paciente manifestar seu direito de representação.

73

Joaquim, Investigador de Polícia Civil do Estado do Amazonas, praticou insubordinação grave em serviço, que causou, entre outras consequências, a frustração de importante operação policial que iria acontecer naquele dia, para cumprimento de mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão, na repressão de crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas.

No caso em tela, de acordo com o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Amazonas (Lei Estadual nº 2.271/1994), após regular processo administrativo disciplinar, Joaquim está sujeito à pena de

- (A) advertência.
- (B) repreensão.
- (C) suspensão de dez a trinta dias.
- (D) suspensão de sessenta a noventa dias.
- (E) demissão.

74

João, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, praticou ato administrativo relacionado à organização do Setor de Investigações da delegacia onde exerce a função de chefe. Tal ato era de competência do Delegado Titular, que tem interesse em manter o ato exatamente como foi praticado por João.

No caso em tela, tendo em vista que não houve prejuízo a terceiros interessados e que o interesse público recomenda a manutenção do ato, o Delegado Titular

- (A) não poderá ratificar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá revogar o ato anterior e praticar outro equivalente.
- (B) não poderá confirmar o ato, pois se trata de vício insanável de competência, de maneira que a Autoridade Policial deverá anular o ato anterior e praticar outro equivalente.
- (C) poderá retificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de forma, e o conserto do ato gera efeitos *ex nunc*.
- (D) poderá convalidar o ato, mediante a confirmação, pois se trata de vício sanável de competência, e o conserto do ato gera efeitos *ex tunc*.
- (E) poderá ratificar o ato, mediante a homologação, pois se trata de vício sanável de autoridade, e o conserto do ato gera efeitos *ex nunc*.

**75**

Maria, ocupante do cargo efetivo de Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, acabou de completar três anos de efetivo exercício e adquiriu a estabilidade.

De acordo com o texto constitucional, Maria, na qualidade de servidora pública estável, só perderá o cargo em algumas circunstâncias, como mediante

- (A) processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) processo criminal, após a confirmação pelo respectivo Tribunal do recebimento da denúncia.
- (C) sindicância sumária, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- (D) procedimento de avaliação periódica de desempenho independentemente de oportunizada a ampla defesa.
- (E) sentença judicial confirmada em segunda instância, independentemente do trânsito em julgado.

**76**

Marta é a nova Delegada de Polícia Civil que acaba de assumir a titularidade da Xª DP. Marta está realizando correções internas e editando ordens de serviço, buscando prestar um serviço público à população com mais qualidade, menos gastos, mais presteza e, acima de tudo, visando a um bom desempenho funcional de todos os policiais lotados na delegacia, para beneficiar a coletividade.

As providências adotadas por Marta se encaixam no princípio expresso da administração pública da

- (A) eficácia.
- (B) celeridade.
- (C) produtividade.
- (D) impessoalidade.
- (E) eficiência.

**77**

Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa, dentro de sua competência legal, editou ato administrativo geral e abstrato, com efeito *erga omnes*, para complementar e facilitar a execução de determinada lei, minudenciando seus termos.

A providência adotada pelo chefe institucional da Polícia Civil estadual está diretamente relacionada ao poder administrativo

- (A) de polícia, eis que editada pelo superior hierárquico da Polícia Civil.
- (B) de segurança pública, que tem prioridade legal, juntamente com o de saúde, sobre os demais poderes administrativos.
- (C) hierárquico, que consiste em um poder de estruturação externa da atividade pública.
- (D) normativo, que não pode contrariar a lei, sob pena de invalidação.
- (E) disciplinar, porque regulamenta atividades administrativas da Polícia Civil.

**78**

A Constituição da República estabelece que o exercício do controle externo da atividade policial, na forma da lei, é função institucional do

- (A) Tribunal de Contas, a quem também cabe requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas decisões colegiadas.
- (B) Poder Judiciário, a quem também cabe requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, além de oferecer denúncia, nos crimes de ação penal pública incondicionada.
- (C) Ministério Público, a quem também cabe requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- (D) Defensoria Pública, a quem também cabe requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- (E) Poder Legislativo, a quem também cabe requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, além de oferecer denúncia, nos crimes de ação penal pública incondicionada.

**79**

Pedro, Investigador de Polícia Civil do Estado Alfa, de forma dolosa, permitiu e concorreu para que a pessoa jurídica privada, sociedade empresária Beta, que atua no ramo de vigilância patrimonial, utilizasse bens consistentes em armas e munições da delegacia de polícia onde está lotado, ao arripio da lei. Em troca do ato ilícito, Pedro recebia uma mesada mensal, isto é, propina de dez mil reais todo dia primeiro de cada mês.

No caso em tela, além de gerar a responsabilização de Pedro por ato de improbidade administrativa, a Lei nº 8.429/92 (com as alterações da Lei nº 14.230/21) dispõe que os sócios e os diretores da pessoa jurídica de direito privado

- (A) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica a quaisquer particulares, seja pessoa física, seja pessoa jurídica, o regime jurídico previsto na lei de improbidade;
- (B) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, pois não se aplica aos particulares pessoas físicas o regime jurídico previsto na lei de improbidade.
- (C) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado ao agente público, independentemente de terem participação e benefícios diretos, bem como de ter ocorrido prejuízo ao erário.
- (D) respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de terem participação e benefícios diretos, desde que seja comprovado prejuízo ao erário.
- (E) não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

**80**

A Polícia Civil do Estado Alfa instaurou processos administrativos que adotarão a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

Levando em conta que será adotado o regime jurídico previsto na nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), as contratações em pauta ocorrerão na modalidade

- (A) concorrência.
- (B) pregão.
- (C) leilão.
- (D) concurso.
- (E) diálogo competitivo.

## Questão Discursiva

---

No dia 26 de agosto de 2021, Carlos, conhecido golpista, aborda Paula, mostrando-se disposto a ajudá-la a obter rendimentos exorbitantes com suas economias. A vítima é pessoa com deficiência mental e beneficiária de auxílio previdenciário decorrente de sua condição, fato conhecido por Carlos. Ao prometer o investimento, o golpista afirma que Paula teria rendimentos superiores a 20% ao mês, sabendo ser falsa a afirmação feita. A vítima, encantada com a atenção de Carlos, lhe informa que possui uma reserva financeira de R\$40 mil reais e que estaria disposta a multiplicar seus rendimentos com sua ajuda. Assim é que ambos se dirigem ao Banco e Paula realiza uma transferência para a conta indicada por Carlos. Aproveitando-se do fato de Paula estar muito encantada por ele, Carlos leva Paula para sua casa e tem com ela conjunção carnal, sendo certo que Paula nunca tinha se relacionado sexualmente até então, não possuindo discernimento para consentir a prática sexual. Durante o ato, Carlos acidentalmente empurra Paula que bate com a cabeça na quina da mesa de cabeceira e morre em razão do traumatismo craniano, resultado não desejado por Carlos. Desesperado, Carlos foge do local deixando Paula sobre a cama já sem vida. No dia seguinte, vizinhos estranham a ausência de Paula e chamam a polícia que vai até o apartamento da vítima e a encontra morta sobre a cama.

Com base nas informações acima, responda as perguntas abaixo:

- a) **No que diz respeito ao ilícito patrimonial, qual seria o crime praticado por Carlos? Diante das recentes alterações legislativas, qual o tipo de ação penal para o caso? Fundamente sua resposta.**
- b) **Em relação ao ato sexual e morte de Paula, como fica a responsabilização de Carlos? Caso Carlos venha a ser condenado pelo crime, terá direito à obtenção de livramento condicional? Fundamente sua resposta.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15



Realização

